



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Mandado de segurança nº 326796-7

Impetrante: Dhyeggo Luiz da Silva Bezerra.

Impetrado: Comandante da PMPE.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO DE FORMAÇÃO DE FORMAÇÃO DE TERCEIRO SARGENTO DA POLÍCIA MILITAR. PEDIDO ADMINISTRATIVO DE REALIZAÇÃO DE NOVO EXAME DE APTIDÃO FÍSICA. DEFERIMENTO APÓS A IMPETRAÇÃO. OCORRÊNCIA DE PERDA DE OBJETO. EXTINÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA SEM RESOLUÇÃO MERITÓRIA. DECISÃO UNÂNIME. 1. O impetrante realizou requerimento administrativo postulando apenas a repetição do exame de aptidão física por ter sido considerado inapto, tendo o pleito sido indeferido, ato então impugnado no presente mandado de segurança. 2. Aditamento do requerimento anteriormente formulado, passando a apontar os vícios do teste realizado, de modo a comprovar a similitude de sua situação com a dos outros candidatos que teriam logrado êxito no requerimento para submissão a novo exame. 3. Após a impetração do *writ* em tela, fora deferido o pedido de nova avaliação, com agendamento do teste para o dia 13 de fevereiro de 2014, circunstância que denota o desaparecimento superveniente do interesse processual do impetrante, tornando inócua a segurança ora requestada, tendo em vista a perda do seu efeito prático. 4. Ocorrência de perda do objeto. 5. Extinção do mandado de segurança sem resolução meritória. 6. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do mandado de segurança nº 326796-7, acima referenciado, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em extinguir o processo sem incursão meritória, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 18 de junho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Mandado de segurança nº 326796-7

Impetrante: Dhyeggo Luiz da Silva Bezerra.

Impetrado: Comandante da PMPE.

RELATÓRIO

Cuida-se de mandado de segurança em cuja sede pretende o impetrante obter provimento judicial liminar, a ser ratificado meritoriamente, no sentido de que lhe seja garantido o direito de novamente participar dos Testes de Aptidão Física (TAF), para compor a VI Turma do Curso de Formação de Terceiro Sargento instituído pela Portaria nº 033/2010, a qual veio a ser revogada indevidamente, segundo alega, pelo Ato Administrativo expresso no Boletim Geral nº A 1.0.00.0 019, de 28/01/2014, ao não lhe dar tratamento isonômico que foi conferido a outro candidato.

Em decisão interlocutória, de fls. 127, indeferiu-se a liminar perseguida.

Informações da autoridade coatora, às fls. 152/157, alegando a inadequação da via processual eleita, bem como a ausência do direito pleiteado.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça, de fls. 168/172, pela extinção do *mandamus* sem resolução de mérito, acolhendo-se a preliminar de perda superveniente do objeto ou a inadequação da via eleita e, no mérito, pela denegação da segurança.

É o relatório.

Inclua-se em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 3 de junho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Mandado de segurança nº 326796-7

Impetrante: Dhyeggo Luiz da Silva Bezerra.

Impetrado: Comandante da PMPE.

VOTO DA PRELIMINAR DE PERDA DO OBJETO

Merece acolhida a preambular de perda de objeto argüida pelo órgão ministerial, senão vejamos.

Da análise mais acurada dos presentes autos, observo que o militar impetrante realizou requerimento administrativo postulando apenas a repetição do exame de aptidão física por ter sido considerado inapto (fls. 113), tendo o pleito sido indeferido, ato então impugnado no presente mandado de segurança.

Todavia, consoante se pode depreender do documento acostado às fls. 112, o suplicante aditou o requerimento anteriormente formulado, passando a apontar os vícios do teste realizado, de modo a comprovar a similitude de sua situação com a dos outros candidatos que teriam logrado êxito no requerimento para submissão a novo exame.

Em sendo assim, após a impetração do *writ* em tela, fora deferido o pedido de nova avaliação, com agendamento do teste para o dia 13 de fevereiro de 2014 (fls. 143/147), circunstância que denota o desaparecimento superveniente do interesse processual do impetrante, tornando inócua a segurança ora requestada, tendo em vista a perda do seu efeito prático.

Desta feita, voto pelo acolhimento da presente prefacial para, considerando a existência de fato que esvazia de objeto a presente impetração, com base no art. 267, VI, do CPC, declarar sua resolução sem incursão meritória.

É como voto.

Recife, 18 de 06 de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator